



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

97

98

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

99

Nº. 38/2025

100

(*Plenária Presencial*)

101

Aos cincodias do mês de novembro de dois mil e vinte cinco, às treze horas e trinta minutos,

102

reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

103

Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e

104

Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto

105

Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e o vice-

106

Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

107

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

108

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

109

(Topogigio);

110

Eduarda RoosEnes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga;**

111

Francyne da Rosa, **CEMME;**

112

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo;**

113

Luciula Abreu, **Fundação O Pão dos Pobres;**

114

Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM;**

115

Natália Laurindo, **AHMI;**

116

Patrícia Lane Araújo Reis, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel;**

117

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança;**

118

Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários;**

119

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,**

120

APAE/Porto Alegre.

121

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

122

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e**

123

Desenvolvimento Rural – SMGOV;

124

Mariana Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano –**

125

SMIDH;

126

Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;**

127

Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS;**

128 Sônia Rejane dos Santos Vieira e Deise Nunes, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

129 **DEMAIS PRESENTES:**

130 Airton Ferronato, **Secretário Adjunto da SMIDH;**

131 Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID;**

132 Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia;**

133 Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH.**

134 **PAUTA:**

135 **1. Abertura;**

136 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**
137 **Comissão de Finanças;**

138 **3. Informes.**

139 Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

140 **1. ABERTURA;**

141 **1.1 RETORNOS:**

142 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
143 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Bom dia. Eu tenho que sair daqui a pouco. Eu
144 tenho reunião às 2:30. Então, por isso que eu tinha pedido para a gente iniciar antes, mas aí, se
145 a gente não conseguir concluir, o Paulinho conclui. A primeira questão é o retorno da reunião
146 de ontem. Estava a secretaria, SMED, SMAS, Fazenda, o Fórum e o CMDCA. A reunião foi
147 para falar sobre o valor do aporte da assistência. Essa reunião, de início, a Secretária Ana
148 Pellini fez a introdução da questão das interpretações dos pareceres, tanto da Fazenda, da
149 SMIDH, da SMAS e tudo mais, e aí que trancou o processo, e agora preciso da ajuda de
150 vocês. Foi essa a minha fala. E aí, então, eles trouxeram que, por um apontamento do Tribunal
151 de Contas, neste ano e no ano que vem, estaria impedido qualquer forma de descentralização.
152 O que é a descentralização? A descentralização é pegar o recurso do FUNCRIANÇA e
153 colocar para a SMAS ou da SMIDH para qualquer outra secretaria, porque tem um
154 apontamento lá, que a gente não entrou no teor do apontamento, mas tem um apontamento.
155 Tudo bem, sem problema. Mas, aí, o que é a questão, então? Sendo que não pode, então,
156 agora, a descentralização, que não vai ser possível neste momento, foi visto uma forma... A
157 PGM estava lá também, que é importante dizer. Foi visto, então, uma possibilidade de
158 fazermos um termo aditivo às parcerias na SMAS, colocando junto a
159 SMIDH/FUNCRIANÇA. Isso foi falado pela Viviane, pelo Alexandre e pela Jeniffer, que

160 depois chegou lá, e a Secretária Ana Pellini, junto com a PGM, e depois a gente fez mais
161 umas três reuniões depois daquela reunião. Então, assim, o que fica? A gente fazendo uma
162 alteração na resolução, eu estou falando dos 6 milhões, tá, gente? A gente fazendo uma
163 alteração na resolução, tirando o termo de descentralização da resolução, aí a gente consegue
164 fazer o repasse para o repasse, não é repasse, né? Mas aí vai ser pago com o recurso do
165 FUNCRIANÇA para as instituições de forma direta. Como se fosse a parceria da instituição
166 com duas secretarias e não com uma secretaria. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de**
167 **Assistência Social – SMAS:** Não passa para a SMAS o dinheiro, vai direto para as entidades?
168 [Falas concomitantes]. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda**
169 **– SMF:** Calma, vamos lá. Descentralização é um recurso de uma secretaria e essa secretaria,
170 dona do recurso, vai passar para outra secretaria. Isso é a descentralização dentro do decreto.
171 O que vocês, então, estão propondo, que foi conversado ontem, é, vão trazer a SMIDH para
172 dentro do termo vigente? Então, ela passa a ser incluída, é isso? **Carolina Aguirre da Silva,**
173 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
174 **do CMDCA:** Isso. É feito um aditivo incluindo a SMIDH/FUNCRIANÇA, pontualmente,
175 com repasse único para fazer este aporte que a gente quer fazer. E aí, depois a gente só
176 combinou de que essa parte legal daí vai ser feita a fala com a parte técnica daqui, com a parte
177 técnica da SMAS. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** A
178 Jeniffer estava lá, entendeu? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
179 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Estava. Acho que sim. Mas, assim,
180 também trouxe lá de que a reunião foi feita entre secretários, presidentes, e aí na hora de
181 execução, que é a ponta realmente que executa, não foi comunicado ou foi feito de uma forma
182 sem compreender o que tinha sido combinado. E a mesma coisa, corremos o risco agora, né?
183 Por isso que eu disse assim, a gente precisa dessas secretarias aqui ou dessas pessoas aqui para
184 a gente poder fazer uma coisa só. E aí que a gente chamou apressadamente, mas a gente
185 chamou a Jeniffer. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda –**
186 **SMF:** Mas quem vai fazer os termos, de toda forma, não é aqui? O termo vai ser feito lá na
187 SMAS. **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Assim, ontem chegou para nós um
188 pedido às 2 e pouco e vinha a Jeniffer, eu fui lá, consegui falar com ela. Ela me trouxe de
189 manhã que seria tudo por nós. Falei que não tem o menor cabimento. O que tem que fazer? Se
190 é um termo aditivo, a SMIDH fica responsável por descentralizar o dinheiro, repassar o
191 dinheiro, e a responsabilidade fica com a SMAS. O termo de trabalho, tudo fica lá, não tem

192 nem como. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
193 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, tudo ficaria lá. **Gustavo Dal Ponte,**
194 **Coordenador FUMID:** É, a Jeniffer entendeu isso. Hoje de manhã eu falei com ela de novo.
195 Eu falei para a Jeniffer, eu falei: “Não é com a gente, o termo aditivo, meu amor, ele é feito, a
196 gente passa e descentraliza”. Só que assim, a gente até vai fazer o quê? A gente vai fazer o
197 repasse em carteira, vou pegar o dinheiro, vou dar lá para a SMAS, a SMAS vai ficar
198 responsável. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
199 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas não vai ser mais descentralização. O que a
200 gente combinou? Já está no processo uma planilha lá, por exemplo, com a Topogigio. Quantas
201 metas tem? Quarenta. Quanto é o valor da meta? R\$ 360,00, digamos. Então, ela vai ganhar
202 R\$ 53,59 de aumento, 40 vezes 53. Então, é isso. Essa planilha que viria para a Jeniffer fazer
203 o cálculo e serem pagas as instituições. Vai ser pago daqui para a instituição e não daqui para
204 a SMAS. Se fosse para a SMAS seria descentralização, o que não é. **Gustavo Dal Ponte,**
205 **Coordenador FUMID:** Se a gente descentraliza direto para a OSC, aí a Jeniffer fica
206 responsável. Aí, no termo aditivo tem que ser que a SMIDH vai ser uma mera repassadora,
207 entendeu? Porque a fiscalização recai sobre quem? Sobre a SMIDH. No termo aditivo tem que
208 estar. Já não é o que foi repassado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
209 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A Doutora Cristiane
210 Catarina disse que ainda esta semana procuraria para poder sentar e fazer a minuta do termo e
211 também a minuta do plano de trabalho, porque também uma questão que foi dada, são 20 dias
212 para tudo. Então, se são 20 dias para pagar, então as instituições tem que fazer um plano de
213 trabalho. Então, tem que ser feito o plano de trabalho ou tem que ser feito um AF1. Tem que
214 ver isso aí também. Mas o que coube para nós, né? Melhor, porque essa parte mais burocrática
215 de serviço, aí é que nem eu digo, é de secretarias. O que cabe para nós é a gente combinar...
216 Mincarone, para variar. [Risos]. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Só uma pergunta,
217 Carol, porque o problema até a semana passada era a questão do retroativo. Aí agora o
218 problema é a descentralização. Qual que é o problema, gente? **Carolina Aguirre da Silva,**
219 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
220 **do CMDCA:** Está resolvendo. A gente já resolveu. Assim, vamos por parte que nem Jack. A
221 palavra “retroativo” a gente não bota. A gente coloca “a contar de 01/01/2025”. Não é
222 retroativo. Como não é descentralização, também não é, pode. Como não é descentralização,
223 pode, porque foi isso que eu também disse para os secretários lá. Então, toda a vida a gente

224 fez a mesma combinação com vocês, a gente recebia em abril, recebe lá em setembro,
225 retroativo a abril. Ah, não, mas isso não é descentralização. Ah, ok, então pode. Então, está a
226 contar de. Então, isso já está sanado. O que a gente precisa? É a questão de a gente poder
227 dividir o valor entre despesa de capital e despesas correntes. Porque a gente tem que tentar
228 organizar para as instituições um valor que elas já possam se organizar enquanto ao plano. Se
229 a gente fizesse só despesas de correntes, digamos, em que é ligado à manutenção e
230 funcionamento das atividades, incluindo serviços de terceiros, materiais de consumo e demais
231 insumos operacionais, eu acho que é pouco. Aí não poderia comprar, por exemplo, um ar
232 condicionado para as salas. Ou a gente coloca somente despesas de capitais, que é
233 praticamente material permanente. Aí também, se eu quiser comprar alguma coisa como ou
234 contratar um serviço de terceiros, eu não posso. Não pode porque sai daqui casado. Sai x de
235 corrente, x de capital. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda –**
236 **SMF:** Por que tu não deixa, então, que fica a cargo de cada OSC na resolução? Não pode
237 utilização, seja na despesa corrente ou capital, cada um vai escolher. **Carolina Aguirre da**
238 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
239 **Presidente:** Aí entra de novo a rapidez. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
240 **Municipal da Fazenda – SMF:** Mas se a minha não precisa, Carol? **Patrícia Lane Araújo**
241 **Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Qual a base, né? Tem que ver qual é a base.
242 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Quem tem que
243 saber sou eu, OSC, se eu vou usar material A ou material B. Sou eu. Eu não posso dizer. Se eu
244 botar 50/50, 30/70, 60/40, eu estou te engessando, tu não consegue e depois tu não faz. É bem
245 isso. Cada um tem que saber do seu. Eu vou te repassar R\$ 1.000, ponto final. Dos R\$ 1.000,
246 tu pode gastar em despesa de capital e despesa. A quantidade, se é 30/70, 60/40, 50/50, fica a
247 cargo da OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
248 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Gustavo, pode ser repassado daqui assim?
249 **Gustavo Dal Ponte, Coordenador FUMID:** Não faz diferença. É como o edital que nós
250 lançamos do COMUI, 70% vai ser despesas correntes e 30% capital, por exemplo.
251 Logicamente, vai apresentar o plano de trabalho, não vai poder fugir muito daquilo. **Sônia**
252 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Sim, se não botar ali
253 é livre. É livre. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
254 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, a gente podia colocar, por
255 exemplo, assim, só ler para vocês aqui. O conselho, nas atribuições, aprova a alteração da

256 resolução 40, no ponto 1, que fala de 2025. O ponto 2 fica lá. A ser destinado em aporte às
257 parcerias em andamentos com a SMAS para os serviços de convivência de 3 a 6, de 6 a 14
258 anos, e Pró-jovem, observando as condições e proporções abaixo descritas. O montante
259 correspondente ao atendimento de crianças, aí repete o nome dos serviços, com exceção do
260 serviço de convivência compartilhado e com o serviço de habilitação e reabilitação, que é
261 outro per capita completamente diferente. Resultando num valor médio de R\$ 53,59 por per
262 capita, a contar de 1º de janeiro de 2025, em observância às diretrizes e aplicação dos recursos
263 e distribuição de acordo com a Portaria 448. Nem preciso botar ali a 448. Né? Que daí eu não
264 falo que é isso ou aquilo. Só até janeiro de 2025, então. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
265 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu volto a dizer, eu estou do lado de cá, quem
266 executa são vocês. Se colocar muito engessado, tu vai engessar e eu não vou utilizar o valor e
267 podem ser penalizados. Essa é a minha visão de quem está do lado de cá. Eu enxergo e daí eu
268 enxergo que tem que ser uma resolução que simplesmente diga, modifica ou retifica a portaria
269 número tal, onde constava retroativo, leia-se a partir de 1º de janeiro de 2025. Só! Tchau!
270 Quem quiser fazer, terá, vai apresentar seu plano. E isso vai para dentro. A modalidade, as
271 necessidades. Se eu quero usar só porque eu preciso só para manutenção, eu vou ter décimo,
272 eu vou ter folha, conta aí, cada um vai usar, vai executar o seu termo. A gente não avalia
273 plano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
274 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A questão também do valor per capita, nós
275 estamos só fechando para ver se é R\$ 53,59 mesmo ou não. Mas aí não entrariam os serviços
276 de compartilhado, serviços de convivência compartilhado, e não entraria o habilitação e
277 reabilitação, que também é outro per capita. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
278 **Municipal da Fazenda – SMF:** Sim, mas aí isso, isso não precisa constar o valor exato, eu
279 acho que só o valor vai ser, sei lá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
280 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Porque eles
281 me falaram que sim. A gente consta o total das crianças, em que daí a gente tem medo de errar
282 uma criança e trancar a resolução, ou a gente consta os serviços e aí eles, conforme a planilha
283 que está no processo, eles já fazem. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**
284 **da Fazenda – SMF:** Tudo bem, então eles têm R\$ 6 milhões para eles dividirem ou tu vai
285 dizer que o valor da meta passa a ser 600 reais, pronto. Daí, da diferença, eles vão calcular. Eu
286 colocaria uma resolução somente retificando. Onde constou a palavra tal, conste data tal.
287 Porque senão vocês podem voltar, me desculpe, mas senão volta a estaca zero. Porque se a

288 gente colocar muito, não, mas eu quero capital, eu quero não sei o quê. **Carolina Aguirre da**
289 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
290 **Presidente do CMDCA:** Mas eu já tirei o capital. Mas eu estou só colocando agora da
291 questão da Resolução 40, no ponto 1, a ser destinado ao aporte às parcerias do serviço de
292 convivência de 6 a 14 e Pró-Jovem, observando que é a contar de 01/01/2025 ou 02/01/2025.
293 Então, eu faço uma alteração ou retificação? Retificação. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
294 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Retificação. E não engessa ninguém. Aí cada
295 OSC vai apresentar o seu plano de trabalho e depois vai prestar conta com o plano. Ou tu
296 podes, penso eu, daqui a pouco, fazer na retificação, enfim, dizendo que cada OSC fica a
297 critério para as despesas de capital, como de manutenção, conforme a sua necessidade. Daí tu
298 não bota 60. Penso. É com vocês que executam, é isso. [Falas concomitantes]. Mas nós em
299 momento nenhum falamos em descentralização, porque isso nem é termo nosso aqui. A
300 descentralização é um termo que está lá no nosso decreto orçamentário. Ponto, isso é para
301 dentro. Em nenhum momento isso aqui é um termo nosso, enquanto conselho. **Carolina**
302 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
303 **(Topogigio) – Presidente:** É que aqui, na verdade, a gente falou a palavra retroativo, que daí
304 era o problema, e aí só, na verdade. Podemos votar? Tem alguma questão mais para
305 acrescentar ali? Podemos? Em votação, então. Quem é favorável, por favor, levantar a mão.
306 Favorável à alteração da resolução. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Gente, só
307 para quem não estava no início, eu tenho reunião agora e estou saindo. Uma questão só que
308 combinei com o pessoal da Comissão de Políticas: por favor, me amem, não me odeiem, mas
309 combinei e estávamos conversando, ainda surgiu questões sobre o projeto do Conselho
310 Tutelar. Então, combinamos que vamos enviar para a PGM-7, por mais que vocês tenham
311 votado que não, mas para enviarmos para a PGM-7 porque nada como um embasamento
312 jurídico para que eles possam nos orientar. É o papel deles. E a gente consegue também, como
313 eu brinquei com as gurias, a gente não sai de bravo, de que não quer trabalhar, que não quer
314 nada. A gente sai, na verdade, com um parecer nos respaldando de qualquer decisão que
315 possamos tomar. Então, só para vocês já saberem, não vamos passar hoje na plenária para
316 podermos enviar para análise da procuradoria. Bom, passando para o Paulinho. **Paulo**
317 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Certo.
318 Então, continuando a plenária, sem mais pautas picantes, vamos passar para as comissões.
319 Comissão de Política.

320 **2. COMISSÕES: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**
321 **Comissão de Finanças:**

322 **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

323 **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto**
324 **Alegre, APAE/Porto Alegre:** A Comissão de Política analisou processos, realizou reunião
325 com a OSC e agendamos reuniões também, para análise de processos e vamos fazer uma
326 atualização na área. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-**
327 **Presidente do CMDCA:** Pessoal, antes da Comissão de Registro, quero saber quem leu as
328 atas. Vamos colocar em votação as nove atas que a Patrícia colocou no grupo.

329 **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS:**

330 Então, alguém tem algo? Quem é favorável à aprovação das atas anteriores das plenárias,
331 levantar o braço. Quem aprova? Alguma abstenção? Algum contra? **APROVADAS AS**
332 **ATAS.** Comissão de Registro.

333 **COMISSÃO DE REGISTROS:**

334 Têm do **CLUBE DE MÃES JOANA D'ARC DO MORRO ALTO**, SEI 20.0.000107783-3.
335 É para reativação do registro e do programa de educação infantil. É atendimento direto e a
336 comissão é favorável. A outra também é reativação, a **CASA COMUNITÁRIA ESTRELA**
337 **MÁGICA**, de Educação Infantil, SEI 23.0.000055988-1. Também é reativação do registro e
338 do programa de educação infantil. Está tudo ok lá com a SMED, está funcionando. A
339 comissão tem parecer favorável também como atendimento direto. Colocamos para a plenária
340 em votação. Quem é favorável à aprovação? Unânime. Alguma abstenção? Algum contra?
341 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Então, feitas as comissões. Fica aberto agora, depois
342 da pauta, para os informes qualificados. Quem tem algum informe de representação, reuniões?

343 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Só dizer que a de Finanças também, nós fizemos
344 análise de projetos, pedimos reunião com a OSC e encaminhamos despacho de ajuste de
345 projeto. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
346 **CMDCA:** Ótimo. Algum outro informe? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde –**
347 **SMS:** Eu gostaria de dar um informe, dizer para vocês que temos um projeto com a FASE, a
348 Secretaria da Saúde junto com a FASE, e desde 2020 fazemos um trabalho interno na FASE
349 com os adolescentes que cumprem medida no sistema fechado. Desenvolvemos um projeto
350 chamado Tamo Junto. Esse projeto desenvolveu 180 oficinas, tanto com os agentes
351 comunitários quanto com os adolescentes que estão acolhidos, e foi desenvolvida uma

352 metodologia de trabalho com os adolescentes que perpassa a questão de eles estarem ou não
353 em medida socioeducativa, mas sim para qualificar os agentes e profissionais da FASE para
354 trabalharem a adolescência e seus temas. Elaboramos um curso de 15 horas, voltado para
355 quem cuida dos adolescentes, para que esse trabalho seja sustentável e a equipe que trabalha
356 lá dentro possa desenvolver outros trabalhos além das oficinas. De janeiro até julho, ofertamos
357 esse curso EAD pela plataforma EducaPOA, especificamente para os profissionais da FASE.
358 Agora, a partir da semana que passou, abrimos o curso para os outros profissionais de toda a
359 rede, para fazerem pelo EducaPOA. Eu vou mandar no nosso grupo um card que tem os dois
360 links: um para quem é vinculado à prefeitura e tem acesso direto pelo seu login e senha no
361 EducaPOA, e outro para profissionais externos, pessoas que trabalham com adolescentes e são
362 externas à prefeitura. Aí remete vocês a um lugar que faz uma credencial com nome, CPF, e-
363 mail, e é disponibilizada uma senha. Como temos um leque grande de inserção de trabalho
364 com adolescentes, penso que divulgar para os Conselhos Tutelares, para as nossas OSCs, para
365 todos os profissionais que têm algum tipo de trabalho com adolescência. O curso tem formato
366 de oficinas, sobre como desenvolver, como abordar. Tem um material teórico e oficinas em
367 que os profissionais que desenvolveram ensinam como fazer e como abordar determinadas
368 temáticas: projeto de vida, saúde mental. Está bem bacana, não é extenso. Ele está bem
369 prático, traz bastante coisa de legislação, de direitos. Acho que vale a pena divulgar. Depois
370 vou colocar. Terminamos o card segunda e agora vou mandar no grupo. Se puderem nos
371 ajudar a divulgar, quanto mais gente puder fazer o curso, melhor. **Paulo Francisco da Silva,**
372 **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Obrigado. Passar para o
373 próximo informe, Mariana. **Mariana Azevedo, Secretária Municipal de Inclusão e**
374 **Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Tenho. Gente, não sei se vocês sabem, acho que sim,
375 porque é uma pauta que vem sendo bem contada, sobre a FICAI 4.0. Temos muitos processos
376 abertos na cidade de Porto Alegre, mais de 6 mil, seja em escolas municipais ou estaduais.
377 Estamos começando a mapear. Temos um GTM da FICAI 4.0, e esse GTM está começando a
378 articular com as microrregiões. A importância, seria muito importante o CMDCA estar junto
379 nesse processo também, por isso estou conversando com vocês. Assim que tiver o próximo
380 encontro... **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretária Municipal de Governança**
381 **Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Acho que vai ser dia 6 de dezembro. **Paulo**
382 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A
383 representação que temos é pelo Carlos Simões, que está pelo CMDCA. Tem que ver com a

384 Carol se ele continua nessa mesma externa ou se vai trocar. Vamos ter que, na próxima
385 plenária, ver um ou dois representantes. **Guilherme Fagner da Silva Pereira, Secretaria**
386 **Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV:** Nós estamos
387 fazendo juntos esse trabalho. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e**
388 **Desenvolvimento Humano – SMIDH:** A importância que a FICAI 4.0 veio para nós não é
389 somente a questão de garantir o direito dessa criança, da ausência dela, mas o aumento da
390 violência sexual, da exploração sexual infantil, a dificuldade de ter acesso às políticas
391 públicas. A importância do CMDCA estar presente na FICAI 4.0 é grande, porque abre um
392 leque para N oportunidades de estarmos discutindo e construindo políticas públicas em cima
393 dessa demanda. É um dos informes que eu queria passar. Outro muito importante é que o
394 município, acho que a Carol já contou aqui, então vou trazer a continuidade. O município está
395 construindo uma política municipal da primeira infância. Acho que a Carol falou sobre incluir
396 o CMDCA dentro dessa política. Vai ter uma audiência pública dia 11/12. Queríamos muito
397 convidar o CMDCA a estar junto. Eu falei com a Carol hoje de manhã sobre a demanda e
398 disse: "Bom, Carol, agora estamos pedindo coletivamente". Vai ser aberto para os
399 conselheiros tutelares também estarem discutindo. Como é uma pasta que vem muito de
400 encontro à SMIDH, fiquei de convidar vocês e o CMDCA para participarem. Por favor, vou
401 mandar depois o convite quando sair o link, mas se preparem para o dia 11/12 para estarmos
402 nessa audiência pública, porque a ideia é estarmos construindo esse plano, que vai ser um
403 diferencial enorme. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Mariana, tenho uma
404 sugestão. Além de convidar o CMDCA, para que os conselheiros participem, seria
405 interessante pedir para as assessorias da SMED enviarem para as escolas comunitárias de
406 educação infantil e também para o Fórum de Coordenadores da Educação Infantil. E daí, com
407 certeza, teremos um maior número de pessoas envolvidas. **Paulo Francisco da Silva,**
408 **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Concluiu, Mariana? Dois
409 informes aqui, pessoal, para encerramento. Lembrando que dia 2 de dezembro acontecem as
410 eleições do CMDCA para os novos candidatos. São sete instituições para atendimento direto,
411 sete da modalidade de atendimento indireto, e depois a secretaria, no início do ano, envia os
412 seus indicados. E para a coordenação do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do
413 Adolescente. Então, dia 2 de dezembro vai ser na Câmara de Vereadores. Antes estava sendo
414 na PUC as plenárias. Conseguimos voltar lá na casa do povo. Um dos informes. O outro é, já
415 falamos aqui, eu e o Frei Luciano já falamos, sobre a Escola de Conselhos de Porto Alegre,

416 que é do Rio Grande do Sul. Está sendo no Brasil, acho que são cinco ou seis estados que já
417 estão implementando a Escola de Conselhos. Aqui tivemos a abertura. Está iniciando agora
418 em novembro as primeiras aulas, que vão ser só direcionadas para os Conselhos Tutelares, né,
419 os dois módulos, como projeto-piloto, o módulo um e o dois, que é na UFRGS, no curso de
420 Direito. E depois vai ser aberto para os conselheiros de direitos também, e nós e outros. Esse
421 outro... E tem um colega que trabalha em um colégio, o Marista da Glória, o Vetorello. Estão
422 abertas as matrículas para o EJA, para adolescentes e para jovens da região ali ou de outros,
423 que eles dão passagens e tudo, para frequência desses adolescentes e jovens no Ensino
424 Fundamental e Ensino Médio. Esses são os meus informes. Alguém mais tem algum informe?
425 Alguém outro informe? Fale o seu informe. Alguém mais? Está dada como encerrada a
426 plenária de hoje. Obrigado a todos e a todas.

427 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos**
428 **da Criança e do Adolescente, às 14h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob**
429 **o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**